

Local Criação de regulamento em curso

Lisboa quer obrigar *tuk-tuks* a terem licença e os seus condutores a formação

Câmara quer limitar a 500 os veículos habilitados a estacionar no espaço público. Certas zonas da cidade ficarão restritas a veículos eléctricos. Moedas pede ao Turismo de Portugal limite de licenças

Samuel Alemão

A Câmara Municipal de Lisboa quer obrigar os *tuk-tuks* a terem uma licença para poderem operar na cidade e os seus condutores a passarem por um processo de formação profissional, para poderem desempenhar a sua actividade. Ao mesmo tempo, a autarquia da capital quer também impor um tecto de meio milhar de veículos autorizados a estacionarem na cidade, em que metade deles serão para os que estejam directamente licenciados junto da câmara. Estas são algumas das novidades saídas da primeira reunião de trabalho, realizada na manhã de ontem e organizada pela câmara chefiada por Carlos Moedas (Novos Tempos), para tentar impor ordem na actividade dos veículos turísticos a operarem na cidade.

Na reunião, que será o prelúdio para outros encontros de trabalho que culminarão na definição de regras claras de estacionamento e circulação, bem como na criação de um regulamento há muito aguardado, além do vice-presidente da autarquia, Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP), participaram também a Associação Nacional de Condutores de Animação Turística (ANCAT), a Associação Portuguesa de Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos e a Associação Guias Interpretes e Correios de Turismo. No encontro estiveram também representantes da PSP, da Polícia Municipal e da EMEL. Dele sai também a certeza de que apenas os veículos eléctricos serão autorizados a circular em determinadas zonas da cidade.

Numa nota emitida pela Câmara de Lisboa, ao princípio da tarde de ontem, é anunciada uma nova era de apertada fiscalização à actividade deste tipo de veículos, em particular do seu estacionamento, a efectuar tanto pela PSP, como pela Polícia Municipal e pela EMEL. Na referida nota, Carlos Moedas fala mesmo na imposição de “uma tolerância zero para algumas das zonas que têm sido fortemente massacradas com uma presença desregulada deste tipo de veículos”.

Uma abordagem a merecer a concordância da direcção da ANCAT, representante dos condutores de *tuk-tuks*, a qual reitera, numa nota emitida poucos minutos depois da da autarquia, a expressão “tolerância



Carlos Moedas anuncia nova era de “tolerância zero” para algumas zonas “fortemente massacradas com a presença desregulada” dos tuk-tuks

Objectivo é criar “250 lugares autorizados de estacionamento para veículos licenciados”

Fiscalização será uma operação conjunta da Polícia Municipal, PSP e EMEL

cia zero” para definir o início do período de intensificação da fiscalização. E aponta Terreiro do Paço, Portas do Sol e Praça da Figueira como exemplos de áreas onde essa vigilância vai aumentar.

Uma necessidade nascida da constatação, durante o encontro entre Anacoreta Correia, polícias, EMEL e representantes do sector da animação turística, de que se está perante uma “situação insustentável” – uma expressão saída da avaliação da própria ANCAT. Por isso, e da identificação das situações mais graves que se registam na cidade, resultou a apresentação de propostas concretas para uma melhor gestão e ordenamento do espaço urbano, algumas a aplicar no mais curto período de tempo.

“A Câmara de Lisboa vai identificar áreas que serão de tolerância zero no que diz respeito ao estacionamento. Será policiado o estrito cumprimento da lei no que diz respeito aos limites legais para este estacionamento, sem excepção”, anuncia a autarquia, referindo que a fiscalização será uma operação conjunta da Polícia Municipal, PSP e EMEL.

Além disso, explica a nota emitida pela câmara, “será obrigatório o licenciamento dos operadores junto

da CML para que possam estacionar os seus veículos nas zonas determinadas e legalmente atribuídas”. Um dos requisitos será também a formação dos operadores dos veículos, sendo, todavia, o comunicado omissivo sobre em que moldes e a quem caberá tutelar esse processo de formação.

Reduzir para metade

A Câmara de Lisboa anuncia também que “pretende diminuir para metade, 500, o número de veículos habilitados a estacionar no espaço público na cidade” e explica que o objectivo é “criar 250 lugares autorizados de estacionamento para veículos licenciados junto da CML”. Actualmente, diz a autarquia, “os números apontam para a existência de cerca de mil veículos *tuk-tuk* a operar na cidade de Lisboa”.

Apesar desta referência da câmara aos novos limites ao número de veículos autorizados, a associação representativa do sector é bem mais cautelosa. “Os números ainda estão em discussão, pelo que é prematuro avançar, de forma oficial, com elementos definitivos”, escreve no seu comunicado a ANCAT, a qual informa que irá participar num grupo de trabalho “para tratar de questões de

detalhe sobre os critérios a serem utilizados a curto e a longo prazo”. Numa primeira fase, explica a associação, apostar-se-á na fiscalização, para depois se avançar para “soluções de estabilização futura”.

Já a Câmara de Lisboa explica que “está e irá continuar a trabalhar no regulamento que visa ordenar a actividade”. Em particular, nele ficará prevista a restrição a veículos eléctricos em algumas zonas da cidade. Será também através do futuro regulamento que se definirá o aumento do número de lugares de estacionamento autorizado.

Mas para que as novas regras possam surtir efeito, concordam a autarquia e a associação representativa dos condutores de *tuk-tuks*, é preciso estabelecer conversações com outra entidade: o Turismo de Portugal. É a esta entidade que cabe a concessão do licenciamento para a actividade. Por isso, a Câmara de Lisboa anuncia, desde já, que vai solicitar ao Turismo de Portugal uma reunião para que seja feito um controlo ao licenciamento dos veículos de animação turística. “É fundamental a autarquia ter os meios que permitam controlar a dimensão da operação na cidade e, em concreto, o número máximo de *tuk-tuks* que a cidade suporta para circulação”, diz Carlos Moedas, no comunicado da autarquia.

Nessa nota, Moeda considera que “é fundamental procurar soluções para impor ordem e alguma disciplina neste problema com que a cidade se debate ao longo dos últimos anos”. Mais: “Vamos também ter de assumir uma tolerância zero para algumas das zonas que têm sido fortemente massacradas com uma presença desregulada deste tipo de veículos.”

Também a ANCAT diz que “ficou bem patente que há situações legais que não dependem totalmente da autarquia de Lisboa”, sendo essa a responsabilidade de entidades governamentais como Turismo de Portugal, que emite as licenças para uso nacional. Os representantes do sector mencionam ainda a necessidade de se agir “a nível administrativo para reconhecimento da categoria profissional de código de IRS”.

No seguimento deste processo, em trabalho com a Câmara de Lisboa na criação do regulamento, a associação irá agora reunir-se também com o Turismo de Portugal, IMT e Assembleia da República.